OS INDÍGENAS DO CEARÁ COLONIAL NAS CORRESPONDÊNCIAS DAS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS (AHU)

Meirilane Sousa Pastor [1], Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro [2]

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo demonstrar os resultados da pesquisa e análise do modo como a legislação indigenista da Coroa Portuguesa foi aplicada na capitania do Ceará, ao longo dos séculos XVII e XVIII, bem como sua relação com as observações e argumentações registradas em diversas correspondências trocadas entre as autoridades administrativas. Para a obtenção de resultados, foi-se utilizado como metodologia a investigação em fontes manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino, encontradas online, no site da Biblioteca Nacional, além de um levantamento bibliográfico acerca da temática. A partir da verificação de nomenclaturas encontradas nas descrições nos diversos tipos documentais do conjunto documental referente à capitania do Ceará e de Pernambuco foi possível elaborar um Guia de Pesquisa para facilitar as buscas no respectivo acervo. Por meio da elaboração este instrumento observou-se a forma como se desenvolviam as políticas direcionadas aos indígenas da colônia. Com tal investigação, evidenciou-se a coexistência de diferentes arranjos de trabalho e estatutos jurídicos atribuídos aos indígenas, os possíveis trânsitos entre uma e outra categoria, dando grande destaque à precariedade da liberdade dos povos nativos residentes numa área periférica da ocupação colonial, mas que se mostrou bastante útil para a expansão da pecuária e consequente interiorização do domínio português na América.

Palavras-chave:

política indigenista. escravidão. Ceará colonial.

[1] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, Instituto de Humanidades, Discente, e-mail: meirepastor@bol.com.br

[2] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, , Instituto de Humanidades, Docente, e-mail: fernandapinheiro@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tratará de demonstrar os resultados obtidos através da investigação concernente ao projeto de pesquisa, intitulado “Arranjos de trabalho e trabalhadores indígenas na ocupação colonial do Ceará”. O que se focou foi o trânsito entre a liberdade e a escravidão – em seu duplo sentido –, levando em consideração as especificidades decorrentes de área de sertão da América portuguesa. A imposição/definição do estatuto jurídico foi observada em consonância com os arranjos de trabalho atribuídos aos povos nativos durante o processo de invasão colonial, entre os séculos XVII e XVIII. Como é sabida, a manutenção do domínio dessa região dependia das diferentes estratégias de defesa, de incentivo ao crescimento populacional e às atividades econômicas. Em meio a esses esforços, coube à Coroa portuguesa e aos seus administradores identificar (ou atribuir) diferentes papéis a diferentes grupos indígenas, determinando os modos como eles participavam (ou deveriam participar) do processo em curso. Sob a ótica do colonizador, portanto, os índios do sertão não formavam uma massa homogênea. Foi criada uma cisão entre os índios aliados e os índios inimigos: aos primeiros garantia-se a liberdade, o bom tratamento e a remuneração pelos trabalhos prestados, aos demais se permitia o extermínio ou a escravidão. Existiam ainda outras possibilidades: o aldeamento e a administração particular. Argumentos diversos acerca do estabelecimento e das possíveis alterações dos implicados em todas essas categorias foram registrados em correspondências trocadas entre autoridades coloniais e metropolitanas e parte dessa documentação foi levantada e analisada. O presente trabalho promoveu o tratamento de fontes primárias (documentos manuscritos) conservados em um importante acervo no exterior – o Arquivo Histórico Ultramarino – e disponíveis online na Biblioteca Nacional Digital, facultando o aprendizado de uma metodologia de pesquisa aplicada na construção do conhecimento histórico.

METODOLOGIA

Esta investigação toma como fonte as correspondências trocadas entre as autoridades sobre a questão indígena – uso da sua força de trabalho – no Ceará colonial, mais especificamente, entre os séculos XVII e XVIII. Vale ressaltar que esse conjunto documental está localizado entre os demais documentos conservados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), organizados e digitalizados pelo Projeto Resgate e disponíveis online na página da Biblioteca Nacional Digital.

Os documentos selecionados são manuscritos e, portanto, sua leitura foi inicialmente orientada pela coordenara do projeto, a fim de facultar a familiarização necessária para o seu manuseio. Depois desse exercício foi possível reconhecer a tipologia documental e a melhor maneira de lidar com o material online.

A partir dessa familiarização com o site e com o acervo, foi feito um levantamento dos documentos de interesse para esta pesquisa. Em seguida, foi elaborado um Guia de Pesquisa para a temática indígena referente às capitanias do Ceará e de Pernambuco.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A familiarização com o site e as leituras proporcionaram um levantamento de um conjunto documental: são correspondências trocadas entre autoridades coloniais e metropolitanas, que passaram pelo Conselho Ultramarino, órgão responsável pela administração dos territórios ultramarinos do Império português. Os documentos presentes no acervo são originários do Arquivo Histórico Ultramarino, instalado em Lisboa, desde 1931, e referem-se à administração de todas as ex-colônias portuguesas. Durante muito tempo, qualquer pesquisador que desejasse trabalhar com os temas referentes à colonização lusitana teria que se deslocar até Portugal para fazer uma pesquisa mais apurada, manuseando os documentos em seu acervo físico. O que acarretava muitas vezes, acredita-se, a desistência, por dificuldades de acesso.

Feito o deslocamento e chegando ao arquivo, outras dificuldades se apresentavam ao pesquisador. Segundo o Professor Doutor Caio C. Bochi, haviam inúmeras caixas que continham, em alguns casos, documentação de capitanias distintas das descrições das caixas, ou seja, era um trabalho árduo encontrar tudo o que se

precisava, pois não estava em um único lugar. Caio Bochi, chega a mensurar um quase “caos arquivístico”.
No entanto, já havia uma experiência exitosa do tratamento técnico da documentação referente às Minas Gerais, e estimulado pela celebração de 500 anos da chegada dos portugueses à América do sul, o Ministério da Cultura do Brasil criou e implementou o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. O objetivo do Projeto Resgate era organizar e microfilmar toda a documentação referente ao Brasil no Ultramarino e em outros arquivos estrangeiros e disponibilizar para consulta, iniciando pelo AHU. Hoje, esta documentação está acessível para todos na Biblioteca Nacional Digital e o trabalho de pesquisa e análise pode ser feito de modo mais fácil e confortável. Enfim, a democratização do acesso ocorreu, depois de um trabalho árduo de várias pessoas. E é essa a ferramenta que tenho utilizado para a identificação dos manuscritos que abordam a temática indígena, referentes ao Ceará e Pernambuco.
Nessas correspondências foram abordadas os tratamentos dispensados aos povos nativos da colônia americana, em especial das capitanias do Ceará e Pernambuco. Partindo da identificação desses documentos foi elaborada uma tabela para agrupar algumas informações. Além de especificar as nomenclaturas que nos permitiu a localização de cada um dos documentos, na tabela também está explicitadas a quantidade de ocorrências em que tais nomenclaturas apareceram. Desse modo, podemos constatar quais foram os termos mais utilizados para fazer referência aos indígenas e a frequência com que aparecem no conjunto documental referente a cada uma das capitanias pesquisadas. Temos o seguinte quadro:

Na sequencia foi elaborado também um Guia de Pesquisa. Este servirá de instrumento para futuras investigações sobre a referida temática (melhor apresentada na Introdução). Diferentemente da tabela acima, no Guia de Pesquisa é possível encontrar a notação (que permite sua localização dentro de um extenso acervo) e um resumo de cada um dos documentos. Sem dúvida, tal Guia facultará e poderá até mesmo incentivar a realização de novas pesquisas, pois a primeira etapa – de identificação e levantamento do conjunto de documentos de interesses – será feita com maior agilidade. Além disso, devemos destacar que esse Guia de Pesquisa também servirá aos professores de História. Ao manuseá-lo, os educadores tomarão conhecimento da existência desses documentos e poderão escolher alguns deles para aplicar em sala de aula, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento histórico na Educação Básica.

CONCLUSÕES

O contato com o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, seu manuseio por meio do site da Biblioteca Nacional, o reconhecimento de que nele existe um vasto e rico conjunto documental que trata da História Indígena do Nordeste, em especial, do Ceará, constituiu uma importante experiência de pesquisa. Além disso, a elaboração de um Guia de Pesquisa como produto final desse aprendizado constitui uma relevante contribuição para que sejam promovidas novas pesquisas sobre a participação dos povos nativos em diferentes processos históricos que marcaram o período colonial.

AGRADECIMENTOS

À PROPPG e a UNILAB por esta oportunidade, à minha orientadora Profª. Drª Fernanda pelo estímulo, paciência e dedicação. À família amada que tem apoiado em tudo. E a amiga Luanísia pela força e incentivo.

REFERÊNCIAS

BOCHI, Caio. O Historiador e os arquivos históricos: um depoimento pessoal. In: Histórias e Perpectivas, Uberlândia (50): 147-160, jan./jun. 2014

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: FAPESP/Hucitec/Edusp, 2002.